



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Revista de Imprensa
17-06-2009

- 1 - Bola (A), 17-06-2009, Editorial - Ronaldo-100 BPN-1000
- 2 - Público, 17-06-2009, Quanto pior, melhor
- 3 - Correio da Manhã, 17-06-2009, BPN executa Avelino
- 4 - Diário Económico, 17-06-2009, Privado Holding vai avançar com nova solução para o BPP
- 5 - Diário Económico, 17-06-2009, PS reage às europeias com discurso social
- 6 - Diário Económico, 17-06-2009, Inspeção a bancos estabiliza em ano de crise financeira
- 7 - Diário Económico, 17-06-2009, Iliteracia financeira
- 8 - Diário Económico, 17-06-2009, Operação Furacão fez novos arguidos nas duas últimas semanas
- 9 - Diário de Notícias, 17-06-2009, Mudança de tribunal põe em causa segurança
- 10 - Jornal de Negócios, 17-06-2009, O pulo do Gato - As agulhas do BPN
- 11 - Diário de Notícias, 17-06-2009, Souto Moura desconhece tentativa de contacto de Vítor Constâncio
- 12 - Jornal de Negócios, 17-06-2009, Grupo Visabeira alvo de buscas por parte do Fisco
- 13 - Jornal de Negócios, 17-06-2009, Constâncio, o PGR, as "quintas" e os ladrões
- 14 - Jornal de Negócios, 17-06-2009, Editorial - Segredos bancários
- 15 - Diário de Notícias, 17-06-2009, Visabeira tem capital do Estado e suspeita de fraude
- 16 - Diário de Notícias, 17-06-2009, A ignomínia
- 17 - Diário de Notícias, 17-06-2009, O novo Sócrates



vserpa@abola.pt



Editorial

POR
VÍTOR SERPA

Ronaldo -100 BPN - 1000

O dr. Vitor Constâncio, ao ser inquirido no Parlamento, deu uma boa notícia aos portugueses: afinal, não há razão para alarmes, porque intervenção do Estado (de todos os portugueses) no BPN, para colmatar as fraudes que o Banco de Portugal não detectou, não irá ultrapassar os mil milhões de euros.

Por um lado, fico contente, porque se falava em 2,5 mil milhões de euros; por outro, fico triste porque mais valia que os clubes portugueses tivessem contraído um empréstimo bancário para comprar dez Cristianos Ronaldos e ainda sobriam um trocos para o Estrela da Amadora pagar o que deve.

Um país que aceita, sem dar, até, grande relevância ao assunto, monstruosidades como as do BPN ou do BPP, atreve-se a achar que o Real Madrid, uma entidade privada, não deveria pagar o que entende por bem pagar a um futebolista português.

Sejamos claros: a primeira razão pelo qual os portugueses entendem que o Real Madrid não deveria pagar o que paga a Ronaldo, é porque eles não são o Ronaldo. E essa é uma razão substancial e decisiva. Nenhum português acha que outro português merece receber mais do que ele. Faça o que fizer. Seja o que for.

Por isso, os portugueses preferem que as contas públicas derrapem o que tiverem de derrapar, que as fraudes em entidades bancárias obriguem à mais indecente intervenção do Estado, ou, então, na melhor das hipóteses, que seja o Messi a receber uma camioneta de euros para investir em Buenos Aires. Tudo menos o Cristiano Ronaldo, que ainda é capaz de aproveitar o que lhe sobra do champanhe para investir uns milhões no Porto Santo.



Quanto pior, melhor



**Miguel
Esteves
Cardoso**
**Ainda
ontem**

No PÚBLICO de ontem, quem conseguisse arrancar os olhos do estonteante fulgor avelã dos cabelos de Vítor Constâncio - adeus, Julia Roberts - repararia que o governador do Banco de Portugal, quando o picam, nem sempre fala português mas faz sugestões interessantes.

Para receber os activos tóxicos do BPN, Vítor Constâncio vai mandar criar um tal *bad bank*. Este banco mau, qual esponja da Vilela, vai absorver todas as dívidas venenosas do BPN. Assim o BPN ficará limpinho e reluzente e poderá ser posto à venda. (Mesmo assim, aviso já que não serei eu que o vou comprar).

Chupar o veneno do BPN parece boa acção. Então porque é que lhe chamam mau banco? Deve ser como reprender um cãozinho que se porta mal. É preciso dizer "Mau cão!" mas ele sabe que o adoramos. Quando é que vai abrir este banco mau? É que estou ansioso para abrir lá uma conta. Até me disponho a aparecer num anúncio e tudo: "Sim, sou cliente do Banco Granda Merda!"

Pergunto se falta muito para se inaugurar o BGM porque tenho entre mãos um portefólio de activos tóxicos da minha lavra que eu gostaria de transferir para lá.

Por mim, atendendo ao montante das minhas dívidas, até podia ser um péssimo banco. Suponho que, quanto mais toxinas absorver, pior terá de ser o banco. Ou será preciso criar depois um *really bad bank* para chupar o buraco do *merely bad bank*? Que venha também!

Também não percebo nada de finanças mas sei quando um negócio me convém, ai nanas.



DÍVIDA ■ COMPRA DE QUINTA RÚSTICA JÁ TINHA SIDO INVESTIGADA PELA PJ DO PORTO

BPN executa Avelino

■ Ex-autarca e a mulher devem 1,7 milhões de euros ao Banco Português de Negócios

● TÂNIA LARANJO

O Banco Português de Negócios exige 1,7 milhões de euros a Avelino Ferreira Torres num processo em que o ex-autarca e a mulher são executados. A acção judicial encontra-se no Tribunal do Marco de Canaveses e foi distribuída a 8 de Junho. Ferreira Torres poderá agora deduzir oposição, contestando a dívida de que o BPN é seu credor. Ao montante final que o BPN agora exige já estão acrescidos os juros de mora.

Obem executado nesta acção judicial é a Quinta da Sagóvia, em Tuíás, Marco de Canaveses, comprado com um empréstimo ao Banco Espírito Santo no valor de 2,5 milhões de euros. A propriedade em

causa, onde Ferreira Torres pensou instalar um centro de estágios, chegou a estar envolvida num processo judicial. A PJ investigava uma burla ao BES depois de José Faria, ex-amigo de Ferreira Torres, se ter feito passar por técnico das Finanças mostrando o PDM que permitia a construção naquele espaço, mas que afinal era um documento falso.

Na altura, a Polícia Judiciária do Porto não pôde avançar com qualquer acção judicial contra Ferreira Torres porque o BES não apresentou queixa. Feito o empréstimo, a prioridade para o banco era que fosse feito o pagamento das dívidas, e não o prosseguimento de qualquer acção na Justiça.

Anos mais tarde, Ferreira Torres conseguiu fazer nova hipoteca do mesmo bem com o BPN, desconhece-se em que circunstâncias. ■

Negócio começou com BES, que não apresentou queixa



Processo contra Avelino Ferreira Torres está no Tribunal do Marco


BPP SALDA HOJE EMPRÉSTIMO DE 114 MILHÕES DE EUROS COM O CITIGROUP

O Banco Privado paga hoje ao Citigroup 114 milhões de euros de um empréstimo que foi contraído tendo como colateral as obrigações que compõem a carteira dos clientes do retorno absoluto. "Este era o último 'repo'. Com o pagamento deste empréstimo, o banco recupera a titularidade de todos os activos do retorno absoluto" revelou fonte do BPP. O contrato do empréstimo vence hoje e será pago com dinheiro do banco. Este empréstimo foi contraído por João Rendeiro com o objectivo de angariar capital para alavancar o investimento que o BPP fazia nas carteiras dos clientes.



Privado Holding vai avançar com nova solução para o BPP

Os accionistas do BPP vão apresentar uma solução alternativa para os clientes de retorno absoluto.

Maria Teixeira Alves
maria.alves@economico.pt

Depois da rejeição oficial do Ministro das Finanças ao plano de recuperação e saneamento do Banco Privado, apresentado em Abril, os accionistas, em conjunto com a administração do banco, estão a elaborar um novo plano de recapitalização e uma solução alternativa para pagar aos clientes de retorno absoluto. O novo plano de recuperação e saneamento tem de ser entregue no Banco de Portugal no início de Julho e surge depois da solução para os clientes apresentada pelo ministro das Finanças.

A Privado Holding e a administração liderada por Fernando Adão da Fonseca têm em vista a apresentação de um plano global que viabilize o BPP, mas que tenha também uma solução para os clientes do retorno absoluto, alternativa à que foi apresentada pelo Governo. Sem querer adiantar pormenores, Diogo Vaz Guedes, presidente da Privado Holding, revelou ao Diário Económico, o objectivo deste novo plano:

Privado Holding tem um investidor para comprar a maioria do Banco Privado

"Prendemos apresentar uma solução global que viabilize o banco e que ajude a resolver o problema dos clientes do retorno absoluto". Como se sabe o BPP tem autorização do BdP para suspender os pagamentos a estes clientes até Setembro.

O novo plano de recuperação e saneamento pressupõe a entrada de um novo investidor que venha a liderar o projecto do "novo" BPP. Será com base neste novo accionista que será delineada a estratégia futura do banco, que terá outro nome. A existência de um novo accionista para o BPP vem alterar completamente a estratégia do futuro do banco.

Esta é a última tentativa de recuperação do BPP

Para a recapitalização do banco, não está excluído o recurso ao programa estatal. Embora as Finanças, em resposta ao anterior plano de recuperação e saneamento, proposto pelo BPP, terem referido que não se enquadrava nas regras do regime de recapitalização, constantes da Lei 63-A/2008, nem nas orientações so-

bre a matéria definidas ao nível da União Europeia (...) dado que estamos perante um cenário de ajudas de Estado", refere o comunicado das Finanças. No entanto o BdP pediu para que o plano fosse reformulado, com base na portaria (nº 493-A/2009), entretanto publicada, que regulamenta a lei 63-A/2008.

Paralelamente os accionistas do BPP têm em mente apresentar uma solução alternativa à do

Governo para os clientes do retorno absoluto. A entrada de um novo investidor financeiro permitirá que o BPP possa vir a assumir a gestão dos activos que compõem o retorno absoluto. Deixando de ser necessário que outros bancos de fora tenham de assumir essa tarefa. Isto pode agradar ao sistema financeiro que ainda não conseguiu chegar acordo para gerir as obrigações que compõem o retorno absolu-

TRÊS PLANOS PARA O BANCO PRIVADO PORTUGUÊS

1

Finanças

A solução do Governo prevê a criação de um novo instrumento financeiro, representativo da actual carteira de retorno absoluto. Este instrumento será emitido e gerido por uma entidade independente do BPP, detida pelos CGD, BCP, BES, Totta e BPI que têm estado em negociações. Paralelamente será accionado o SII para pagar já 25 mil euros a cada cliente.

2

Rendeiro

João Rendeiro apresentou publicamente uma proposta para os clientes do BPP. Defendeu que o fundo de maneo existente no banco, de cerca de 230 milhões, permitiria pagar já 100 mil euros por cliente. Depois os clientes abdicavam da garantia de retorno do investimento, em troca de acções representativas de 20% do BPP.

Bruno Barbosa

Clientes discutem hoje acção judicial contra o Estado

A Privado Clientes reúne-se hoje em Lisboa para debater as próximas acções. Processar o Estado é uma das opções mas existem outras medidas.

Sandra Almeida Simões
sandra.simoeseconomico.pt

A primeira reunião dos clientes do Banco Privado Português, após o anúncio da decisão do Governo, realiza-se hoje às 18 horas no Altis Park Hotel, em Lisboa, organizada pela Privado Clientes. E está já agendada a próxima reunião no dia 22 de Junho, no Porto.

O encontro de hoje visa, sobretudo, "ouvir a opinião dos clientes sobre a decisão anunciada pelo ministro das Finanças e debater e escolher as próximas acções", adiantou o líder da Privado Clientes, Jaime Antunes. Recorde-se que Teixeira dos Santos, no passado dia nove, excluiu uma intervenção no BPP e rejeitou garantir a totalidade dos investimentos de retorno absoluto feito pelos clientes do BPP, apresentando como alternativa uma solução que passa pela troca de títulos e o recurso ao Sistema de Indemnização aos Investidores. Uma decisão que, lembra Jaime Antunes, demorou sete meses a ser tomada. "Não é por isso nada descabido avançar com uma acção judicial contra o Estado", adiantou o também cliente e pequeno accionista do banco em declarações ao Diário Económico. Em causa está o impasse e o facto de os clientes já não estarem em pé de igualdade com os outros credores perante a eventual falência da instituição, uma vez que a quase totalidade dos activos do banco foram dados como contra-garantia ao aval do Estado no empréstimo de 450 milhões.

Jaime Antunes esclarece, no entanto, que para já o recurso aos tribunais não é prioritário, devido à morosidade da justiça e aos gastos com custas judiciais e advogados. "Queremos criar canais de negociação com as diversas entidades e mostrar que o Governo está errado ao tratar de forma discriminatória os clientes do BPP e do BPN", afirmou. Assim, da reunião é expectável que resulte um consenso em "demonstrar que o BPP também tem risco sistémico". "O Governo descartou uma intervenção no BPP, afirmando que, ao contrário do BPN, não existe impacto no sistema financeiro, mas não existem estudos ou pareceres técnicos a sustentar essa decisão", defende. Jaime Antunes recorda que o

Apresentar um estudo sobre a fuga de depósitos dos pequenos para os grandes bancos e provar o risco sistémico do BPP são as prioridades para a Privado Clientes.

"timing das intervenções nos bancos foi quase simultâneo e que os produtos de retorno absoluto com capital garantido são do mesmo tipo de alguns comercializados pelo BPN e convertidos em depósitos, assegurados com dinheiro de contribuintes".

Na opinião do líder, o Governo está a passar uma "mensagem muito perigosa": "Não tenham o dinheiro nos pequenos bancos, porque está criada a bitola de que as instituições com menos de 2% de quota de mercado são deixadas ao abandono pelo Estado". Para provar esta tese e para demonstrar que as consequências da decisão no BPP já se alastraram aos bancos de menor dimensão, Jaime Antunes quer apresentar um estudo "que prove a fuga de depósitos dos pequenos para os grandes bancos". ■

OBJECTIVOS DEFINIDOS

- A Privado Clientes adianta que o objectivo da associação é criar canais de negociação com as diversas entidades.
- Provar que o BPP também tem risco sistémico, tal como o BPN, é uma das prioridades.
- Demonstrar, através de um estudo, que os clientes bancários portugueses estão a retirar as poupanças dos pequenos bancos. Ou seja, a banca de menor dimensão está a "sofrer" com a decisão do Governo para o BPP.
- Numa segunda fase, processar também judicialmente o Estado pelos sete meses de impasse até ao anúncio da decisão.

do BPP. Como se sabe os clientes da aplicação "Retorno Absoluto" colocavam as suas poupanças sob a gestão do BPP, que as aplicava na aquisição de instrumentos financeiros distribuídos por várias sociedades 'offshore', que depois se endividavam para aumentar a capacidade de investimento. Os clientes detêm hoje o património desses veículos, representado por títulos de dívida por eles emitidos ('loan notes'). ■

3

Privado holding

A solução para os clientes do retorno absoluto vem na sequência do novo Plano de Recuperação e Saneamento, que tem de ser apresentado ao BdP no princípio de Julho. A Privado Holding tem um novo accionista para o BPP, o que permitirá que o banco mantenha a gestão dos títulos da carteira do retorno absoluto, sem precisar dos cinco maiores bancos.



“Impasse no BPP acontece há demasiado tempo”

Em entrevista, Costa Pinto, presidente do Crédito Agrícola, comenta os casos BPP e BPN.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

O desfecho do caso Banco Privado Português (BPP) prolonga-se há demasiado tempo e é urgente que tenha em breve uma conclusão. É esta a convicção de João Costa Pinto, economista e presidente do grupo Crédito Agrícola, sobre um dos temas que mais tem marcado a banca nacional.

O antigo vice-governador defende que “não é normal que um assunto se prolongue durante tanto tempo”, por mais que existam “dificuldades e razões sérias” que dificultem a sua resolução. “Os problemas no sistema financeiro não se podem arrastar, mesmo os pequenos casos, pela instabilidade que criam” e porque está em causa “a imagem do sistema financeiro português, nacional e internacional”. Numa entrevista concedida ao Diário Económico dias antes do anúncio por parte das Finanças de uma solução para os clientes do BPP, admite, no entanto, que, quanto à própria instituição, trata-se de “um pequeno banco, que não tem riscos sistémicos”.

Sobre o facto de ter feito parte do sindicato bancário que financiou o banco em 450 milhões de euros, Costa Pinto referiu apenas que esse apoio aconteceu “porque as autoridades solicitaram ao Crédito Agrícola que participasse”. O responsável admitiu que “havia algumas caixas que tinham aplicações no BPP”. E embora estas não fizessem parte do SICAM - Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo, “é evidente que não pode ser negado que a circunstância de haver algumas caixas, mesmo fora do sistema, que tinham aplicações no BPP, também não deixava de ser um motivo de preocupação”.

Face ao anúncio feito entretanto pelo Governo, da criação de um fundo para gerir os activos dos clientes de retorno absoluto

do banco, Costa Pinto disse ao Diário Económico, já depois da entrevista, que o Crédito Agrícola não está interessado em participar na solução definida. Na entrevista, deixou ainda claro que o activo BPN, que irá à partida ser vendido pelo Estado, não está nas ambições do grupo. “Não vejo que o grupo possa ser um potencial interessado nos activos do BPN”, admitiu. Costa Pinto explicou, de resto, que “o momento é de fazer uma pausa”, dada a actual conjuntura. O presidente do Crédito Agrícola garante que se mantém os planos de crescimento orgânico, dada a necessidade de ter uma maior presença em Lisboa e no Porto, mas que é necessário aguardar pela recuperação económica.

No rescaldo da reunião anual da Associação Europeia de Bancos Cooperativos, Costa Pinto diz que “a banca cooperativa teve uma grande capacidade de resistência à crise e não enfrentou problemas de liquidez”. A razão é uma: “Regra geral, nunca fez assentar o seu crescimento em fórmulas e modelos de financiamento por grosso, assentes na distribuição de produtos estruturados complexos, que foram aqueles que vieram a criar problemas”. ■

RESULTADOS DO 1º TRIM.

- Os lucros caíram 27,6% para os 18,4 milhões de euros.
- A margem financeira caiu 1,7% para os 92,6 milhões de euros.
- O produto bancário completo caiu 0,8% para os 113,8 milhões.
- O crédito a clientes subiu 8,2% para os oito mil milhões.

João Costa Pinto defende que alguns dos grandes investimentos públicos devem ser repensados.



Período crítico da crise ainda está para vir

O período crítico para a economia portuguesa ainda não chegou e acontecerá no segundo semestre deste ano e nos primeiros seis meses de 2010. Para o economista e antigo vice-governador do Banco de Portugal, serão meses “em que é possível que ainda possamos assistir a algum aumento do desemprego”. Para reagir e apoiar, nomeadamente as boas empresas que estão a ser afectadas pela actual conjuntura, seria essencial, defende Costa Pinto, concentrar atenções no segmento exportador.

Uma aposta fulcral para que, uma vez iniciada a retoma económica internacional, a economia portuguesa possa estar preparada para reagir e acompanhar o movimento. “Deveria haver uma concentração de todos os recursos disponíveis para o apoio ao sector exportador”, garante o responsável. Estratégia que poderia passar por um pacote integral de apoios “não só de natureza financeira, mas também de natureza fiscal”. Por outro lado, e ainda quanto

ao combate à crise, Costa Pinto contesta a manutenção de um volume significativo de grandes investimentos públicos na actual conjuntura. “Os recursos do Estado deviam ser canalizados sobretudo para o combate à crise no curto prazo. Grandes investimentos, cujo retorno seja sentido a prazo, deviam ser repensados”, assegura. Como excepção enumera apenas o caso do novo aeroporto, por ser um investimento cuja execução é demorada e que necessita, por isso, de decisões antecipadas.



ID: 25559663

17-06-2009

BPP vai apresentar solução alternativa à do Governo para os clientes

Os accionistas da Privado Holding e a administração do banco vão apresentar uma nova solução para o BPP no início de Julho.

A Privado Holding e a administração do Banco Privado Português estão a elaborar um novo plano de recapitalização para apresentar no início de Julho ao Governo e que também prevê uma solução alternativa para os clientes de retorno absoluto.

Esta iniciativa surge depois da rejeição oficial do plano de recuperação e saneamento apresentado em Abril. O objectivo do novo plano é, segundo Diogo Vaz Guedes, presidente da Privado Holding, “uma solução global que viabilize o banco e que

ajude a resolver o problema dos clientes do retorno absoluto”. Este novo plano de recuperação pressupõe a entrada de um novo investidor que venha a liderar o projecto do “novo” BPP. Os clientes do banco ainda estão a analisar, e vão discutir hoje,

a solução entretanto proposta pelo Governo, mas já admitem avançar com uma acção judicial contra o Estado, por considerarem que não estão em pé de igualdade com os outros credores caso o banco vá à falência.

DESTAQUE OS DESAFIOS DE SÓCRATES

PS reage às europeias com discurso social

António Vitorino volta a escrever programa eleitoral de Sócrates. Quer "menos números e mais sentimentos".

Catarina Madeira e David Dinis
caterina.madeira@economico.pt

O primeiro passo em direcção às eleições legislativas está dado: José Sócrates anunciou ao partido, na madrugada de ontem, que pediu a António Vitorino para voltar a desenhar o programa eleitoral do partido, mantendo uma aposta que, em 2005, lhe deu a primeira maioria absoluta da história do PS. Desta vez, porém, a missão de Vitorino é mais difícil. Mas, horas antes do anúncio, o ex-comissário já mostrava os primeiros contornos da estratégia definida com o actual primeiro-ministro.

"Mais do mesmo não serve", disse o também dirigente socialista na RTP, no seu habitual espaço semanal de comentário, acrescentando que será preciso "imaginação" para tornar vencedor o próximo programa político do partido. Os três linhas de força com que vai trabalhar ficaram definidas. Primeiro, a mensagem: "Menos números e mais pessoas". Depois, a substância: "Temos que apresentar propostas". Por fim, a dramatização: "Está em causa a governabilidade do país".

Vitorino recusou, porém, "uma inflexão de políticas", que seriam sempre vistas como "uma operação de cosmética". Sugeriu, porém, que o partido seja "mais sensível" a algumas questões, "como o combate às desigualdades", explicando que as soluções "imaginativas" que defende passarão por "incentivos fiscais" que permitam maior redistribuição de rendimentos, sobretudo porque "na saída de crise o acesso ao crédito será mais difícil". Outro vector fundamental será o da "qualificação dos recursos humanos", que liga à questão que o dirigente socialista considera central: "a competitividade do país", problema que considerou "não estar resolvido".

As declarações de Vitorino batem certo com o que o próprio José Sócrates foi dizer à Comissão Nacional do PS. Na segunda-feira, à saída da reunião socialista, o secretário-geral do partido indicou como prioridades para os próximos meses a defesa da



António Vitorino
Coordenador do programa do PS

"O PS perdeu votos para todos os quadrantes e isso obriga-o a rever a sua estratégia. Mais do mesmo não serve. É preciso usar a imaginação para reformular as propostas [a apresentar nas legislativas]"



Mário Soares
Ex-secretário-geral do PS

"Importa ouvir e dialogar - o mais tardar até meados de Julho - com os sindicatos, as comissões de trabalhadores (...). Acharia também útil que se ouvissem também os partidos de esquerda para compreender como vêem o futuro próximo."

saúde e educação públicas e ainda de um sistema de segurança social universal, reclamando esse temas como marcas de uma "esquerda responsável".

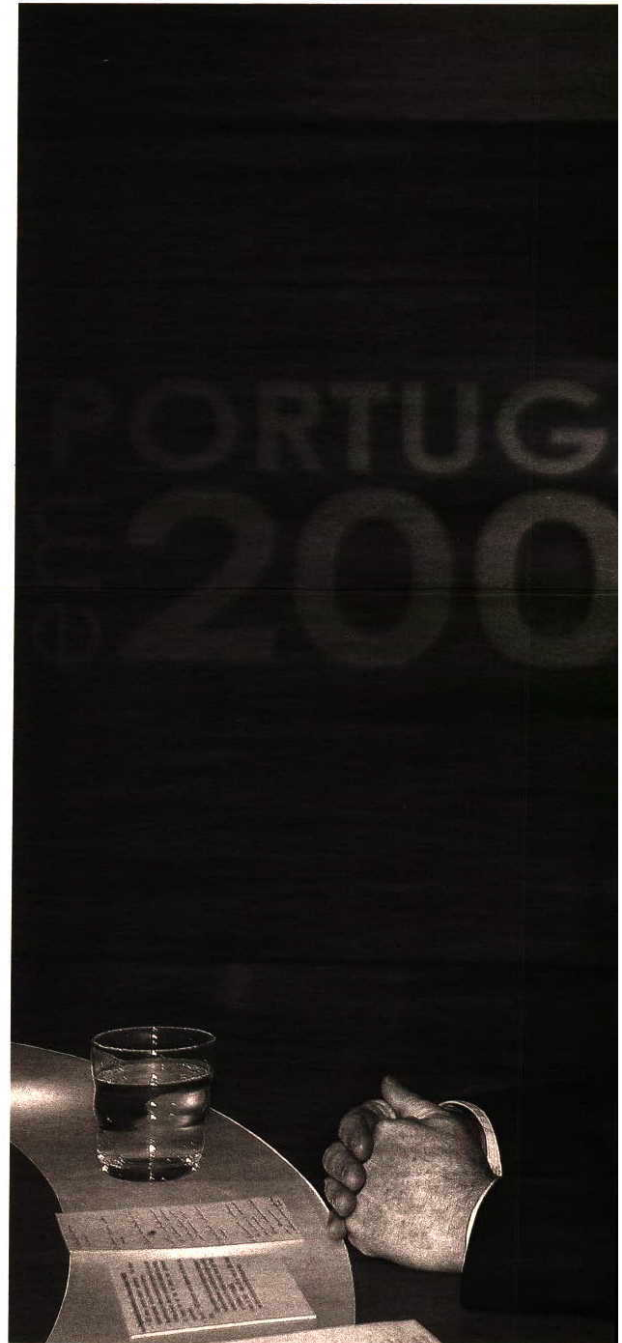
Na comissão - "participada como não se via há muito", descreve o socialista Vera Jardim - Francisco Assis definiu também como linha de força o reforço do "combate político" contra uma "direita neoliberal" e uma "esquerda demagógica e populista".

Os dirigentes socialistas deixaram o encontro com uma palavra-chave nos lábios: "Humildade", sublinhando a necessidade de adoptar uma "atitude de humildade" para reconhecer "eventuais erros". Coincidência ou não, Mário Soares é mais um socialista a insistir no termo. Num artigo de opinião publicado no "Diário de Notícias", o histórico socialista escreve que a perda de votos do Governo é "uma realidade com que o PS tem de lidar com humildade, lucidez e sentido crítico, se quiser vir de algum modo a invertê-la".

Quanto a "eventuais erros", Vera Jardim admite ao "Diário Económico" terem passado pela "transmissão da mensagem, pela linguagem utilizada ou pelo posicionamento". Aliás, outra das prioridades definidas por Sócrates é explicar melhor as reformas do Governo, indicando que o problema está na mensagem e não nas políticas.

O politólogo Viriato Soromenho Marques tem, porém, algumas dúvidas de que esta alteração de perfil tenha resultados nos três meses que faltam até às legislativas. "A mudança de estilo demora algum tempo", defende, colocando as questões que diz essenciais: "Trata-se de uma mudança de estilo sincera?"

Já para a socióloga Marina Costa Lobo, o "notório desgaste" da imagem de Sócrates só poderá ser minimizado "salientando a competência e o desempenho do cargo de primeiro-ministro". Mas a socióloga também diz que Sócrates precisa de "alterar a imagem de arrogância, substituindo-a por uma de humildade". Hoje, na Assembleia e na SIC, ver-se-à a resposta do líder socialista. ■



Bloco hesita em apr

PSD aprova, PCP abstém-se e BE decide hoje como vota.

Catarina Madeira
caterina.madeira@economico.pt

A censura ao Governo já não terá unanimidade. O PSD vota, hoje, a favor da moção que o CDS-PP apresenta na Assembleia da República, o PCP abstém-se e o Bloco de Esquerda hesita, adiando a decisão para as poucas horas que antecedem a votação. De resto, os social-

democratas foram os primeiros a decidir votar favoravelmente a moção de Paulo Portas. Os deputados da bancada do PSD receberam na segunda-feira essa indicação da direcção, que já mereceu as críticas de Marcelo Rebelo de Sousa. O professor disse, no seu comentário semanal na RTP, que a opção certa seria a abstenção do grupo parlamentar, argumentando que "não se brinca às moções de censura". No entanto, este foi um caminho, até agora, apenas



PONTOS-CHAVE

▶ Primeiro-ministro vai ao Parlamento defender o Governo de uma censura do CDS. E segue para a SIC, para a primeira entrevista após as europeias.

▶ Estratégia para as legislativas já está em curso, com António Vitorino a sugerir mais atenção à redistribuição de rendimentos e à competitividade.

▶ Comissão Europeia apoia Governo na construção rápida do TGV, ao passo que Cavaco Silva elogia "solução de bom senso" ao deixar matéria para após as legislativas.



Paula Nunes

José Sócrates volta hoje aos estúdios da SIC, para nova entrevista.

As perguntas a que Sócrates tem de responder

Hoje, o primeiro-ministro dá a primeira entrevista pós-europeias.

Catarina Madeira
catarina.madeira@economico.pt

Quando hoje, às 21 horas, se sentar no estúdios da SIC, para a primeira entrevista a seguir à derrota das europeias, o primeiro-ministro terá colocados sobre si os olhos do país. Ouvidos pelo Diário Económico, economistas, políticos, sindicalistas lançam as questões que esta noite não devem ficar sem resposta.

1

COMO INVERTER O DESAGRADO MANIFESTADO NO VOTO DAS EUROPEIAS?

Sócrates tem procurado separar as eleições europeias daquilo que deverá acontecer nas legislativas, mas uma leitura dos resultados de 7 de Julho será inevitável. A derrota socialista obriga a uma mudança de estratégia que teve o seu início na segunda-feira, quando o primeiro-ministro assumiu o "desgaste do Governo"? - questiona o político Soromenho Marques.

2

O GOVERNO VAI ALTERAR OU REFORÇAR AS MEDIDAS DE COMBATE À CRISE?

Com o desemprego a crescer e a economia em queda, o primeiro-ministro terá de escolher um de três cenários: manter as medidas já implementadas, reforçá-las com alterações não essenciais ou mudar de rumo, diz o economista João Ferreira do Amaral.

3

QUAIS OS RESULTADOS DAS POLÍTICAS JÁ IMPLEMENTADAS?

Ao fim de quatro anos de governação, os economistas e políticos defendem que é altura de prestar contas. José Sócrates precisa não só de explicar as políticas seguidas pelo Governo, mas também (e principalmente) apresentar os resultados concretos das medidas tomadas para combater a crise, atira o socialista Vera Jardim.

4

QUE EFEITOS SE PODEM ESPERAR DAS MEDIDAS DE APOIO À BANCA?

Os casos do BPN e do BPP não saem das primeiras páginas dos

jornais, impondo ao Governo uma justificação quanto aos apoios concedidos ao sistema financeiro. Pergunta de resposta obrigatória, para Soromenho Marques.

5

AS GRANDES OBRAS PÚBLICAS CONTINUAM A SER A BANDEIRA SOCIALISTA?

António Vitorino já veio dizer que esta não é uma questão essencial, mas Manuela Ferreira Leite não deverá deixar morrer o tema. Sócrates terá de por que devem avançar os projectos do novo aeroporto e do TGV, insiste Ferreira do Amaral.

6

O QUE É QUE FALHOU NA COMUNICAÇÃO DAS POLÍTICAS DO EXECUTIVO?

O Governo terá cometido "alguns erros de transmissão da mensagem, da linguagem utilizada ou de posicionamento", assume o deputado socialista Vera Jardim. O primeiro-ministro deverá explicar o que falhou, sugere também Marina Costa Lobo, socióloga.

7

PERANTE UM CENÁRIO DE MAIORIA RELATIVA, ADMITE ALIANÇAS À ESQUERDA?

Com o cenário de maioria absoluta mais distante e depois de pressionados pelo 'cabeça de lista do PSD às europeias, Sócrates terá de dizer se está disponível para fazer acordos à esquerda em nome da governabilidade. Ontem, o tema era motivo não de pergunta, mas de sugestão, de Mário Soares. ■

"Sócrates vai manter as medidas já implementadas, reforçá-las ou mudar de rumo?" - pergunta o economista João Ferreira do Amaral.

oviar censura ao Governo

escolhido pelos comunistas: "A moção contará com a nossa abstenção, não porque não queiramos e não continuemos a censurar o Governo, mas porque os nossos fundamentos são diferentes dos que o CDS apresenta", justificou o líder da bancada Bernardino Soares.

Resta saber qual será a opção do Bloco de Esquerda. Contactada pelo Diário Económico, fonte oficial confirmou que só será tomada uma decisão após a reunião de hoje do partido.



Paulo Portas é a cara da moção de censura que hoje é votada na Assembleia. O PSD, parceiro preferencial de Governo, vota a favor.

O documento que o líder do CDS-PP leva hoje ao Parlamento foi anunciado, há uma semana, ainda na noite das eleições europeias e no rescaldo dos resultados, que atribuíram ao PS menos cinco deputados do que as eleições anteriores. "O país fez uma moção de censura ao governo Sócrates. O CDS dará voz, apresentando uma moção de censura como é justo e é merecido", declarou Paulo Portas, quando discursava na sede do CDS-PP. ■



"A detecção de graves desequilíbrios financeiros e de irregularidades" determinou nacionalização do BPN em 2008, diz o Banco de Portugal.

Paulo Figueiredo

DESTAQUES



Operações com 'off-shore' na mira do supervisor

É vasto o conjunto de aspectos tidos em conta nas inspecções feitas pelo Banco de Portugal. A análise das carteiras de crédito é uma delas, juntamente com aspectos como a solvabilidade, sistemas de controlo interno, operações com entidades sediadas em centros 'off-shore', prevenção de branqueamento de capitais, gestão de patrimónios e fundos de investimento e análise de modelos de gestão de risco de crédito, de mercado e operacional.

Banca portuguesa resistente à crise

Sendo Portugal uma economia pequena e aberta, "os bancos portugueses foram também afectados pelos desenvolvimentos internacionais, influenciando a sua actividade, rentabilidade e solvabilidade e implicando um ajustamento das suas estratégias". No entanto, garante o BdP, "o sistema bancário português revelou uma significativa capacidade de adaptação".

Inspeção a bancos estabiliza em ano de crise financeira

Banco de Portugal garante ter intensificado controlo das instituições.

Maria Ana Barroso
maria.anabarroso@economico.pt

O Banco de Portugal (BdP) realizou, no ano passado, 31 inspecções a bancos e outras instituições de crédito, um número que compara com 29 inspecções feitas em 2007.

Apesar da intensificação de inspecções ter sido ligeira em ano de crise financeira e quando todas as atenções estavam centradas no comportamento dos bancos, o relatório de 2008 do BdP deixa claro que a supervisão bancária foi incrementada. "O acompanhamento das instituições e o contacto periódico com os respectivos órgãos de gestão foi intensificado", garante a instituição. A preocupação do BdP foi sobretudo a de vigiar "potenciais impactos do período de turbulência financeira nos níveis de liquidez e na própria solidez financeira das instituições.

Das 31 inspecções realizadas no ano passado, 20 foram a bancos e quatro a sociedades finan-

ceiras. Inspeções que se enquadram num universo de 67 bancos, oito caixas económicas e pouco mais de 40 outras instituições de crédito (sociedades de 'factoring', 'leasing', entre outras).

O objectivo destas operações foi olhar para aspectos como a solvabilidade, gestão de riscos, prevenção do branqueamento de capitais, gestão de patrimónios

e de fundos de investimento, entre outras.

Uma novidade em 2008 parece ter sido a análise, nestas inspecções, das "operações com entidades sediadas em centros 'off-shore', ponto não referido no relatório de 2007. As alegadas irregularidades em operações, nomeadamente de crédito, com sociedades deste tipo

estiveram no centro quer do caso BCP, quer, mais recentemente, do caso BPN, que estorrou precisamente em 2008.

Sem adiantar nomes, o BdP diz ainda no seu relatório que, para além das "habituais reuniões com os principais grupos bancários", estes encontros foram alargados a "outros grupos".

Quanto a irregularidades cometidas por bancos e outras instituições de crédito, o BdP instaurou 22 novos processos de contra-ordenação em 2008 e concluiu 13, alguns dos quais de anos anteriores. Dos concluídos no ano passado, as infracções cometidas diziam respeito a ilícitos como o "exercício não autorizado de actividade financeira", "prestação de informações falsas" e o "incumprimento de normas de empréstimos à habitação", entre outros.

A actividade do supervisor bancário no ano passado foi de dimensão semelhante em 2007, ano em que foram instaurados 25 processos e concluídos 15. ■

Supervisor entrega 210 milhões ao Estado

O Banco de Portugal registou um lucro, em 2008, de 349,23 milhões de euros, uma subida de 24% face ao ano anterior. Com este resultado, o banco central entregou ao Estado, em dividendos, 209,5 milhões de euros, razoavelmente acima dos 169 milhões entregues no ano anterior. O aumento das receitas obtidas na margem de juros foram a principal razão para a subida dos lucros do Banco de Portugal. Esta evolução, como

explica o próprio relatório, reflecte sobretudo o resultado das operações de financiamento a bancos e outras instituições de crédito. As contas do supervisor bancário reflectem ainda o aumento dos resultados em operações financeiras "resultante, sobretudo, de ganhos realizados em operações com títulos denominados em euros da carteira de negociação", explica o documento do Banco de Portugal.

Aumento do recurso a bancos centrais

"O financiamento líquido junto de bancos centrais registou um aumento significativo em 2008", diz o BdP. De acordo com os números disponibilizados pelo regulador, do lado do passivo, o recurso a bancos centrais subiu de 5,45 mil milhões para 13,96 mil milhões de euros. Esta subida, diz o BdP, "permitiu acomodar parte das perturbações verificadas nos mercados de dívida".

Fundo de Garantia de Depósitos subiu 5,8%

Os recursos do FGD atingiram os 1,35 mil milhões de euros em 2008, uma subida de 5,8% face a 2007. Estes recursos representam perto de 1% dos depósitos abrangidos pela garantia. Esta percentagem terá sido "mantida ou ligeiramente reduzida", dado o aumento da garantia de depósitos de 25 para 100 mil euros. O BdP, no entanto, não avança alterações.



OPINIÃO

Pedro Sousa Carvalho
Subdirector
pedro.carvalho@economico.pt



Iliteracia financeira

O caso BPP veio pôr a nu um problema de fundo da sociedade portuguesa: o da iliteracia financeira. É verdade que o colapso do BPP se deveu, primeiramente, à forma irresponsável como foi gerido e também às falhas que se verificaram por parte dos auditores e revisores e, em última instância, dos reguladores e supervisores. Mas também é verdade que os próprios clientes, na hora de investir, deixaram enganar-se por promessas de capitais e juros altos isentos de riscos. O que demonstra alguma iliteracia financeira que não se coaduna com as responsabilidades que muitos deles têm perante um agregado familiar e que agora os leva, em desespero, a apelar para o paternalismo do Estado.

Um dos princípios básicos das Finanças diz-nos que quanto maior a rendibilidade oferecida, maior será o risco assumido e vice-versa. Um senso comum que foi trazido para a literatura pela fronteira eficiente de Harry Markowitz que, no fundo, traduziu para linguagem financeira aquele velho dito de que “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. E foi este o erro de muitos dos clientes do BPP que não questionaram o facto de lhes estarem a oferecer supostos depósitos a prazo com taxas de juros muito mais apetitosas do que aquelas que estavam a ser praticadas noutros bancos concorrentes. Não seria certamente uma maior formação financeira que evitaria o colapso do BPP, mas levaria certamente muitos dos clientes a desconfiar. E a relação fiduciária com os clientes é, sem dúvida, o principal activo dos bancos.

Com um maior grau de literacia financeira, Constâncio terá um aliado de peso na supervisão à banca: os clientes.

Como tal, são de enaltecer iniciativas como aquela que o Banco de Portugal iniciou no ano passado e que prevê o lançamento de um inquérito à literacia financeira da população portuguesa. Tal com diz o banco central no seu relatório anual publicado ontem, o objectivo é identificar as áreas ou os produtos financeiros em que existe maior défice de informação, de compreensão e de formação da população. Se esta iniciativa for concretizada através de uma maior aposta na formação dos portugueses, Vítor Constâncio não vai com certeza apagar a imagem de suspeição que paira sobre a actuação do Banco de Portugal nos casos BPP e BPN, mas vai conseguir ter um aliado de peso na supervisão à banca: os clientes que, mais informados e com um maior grau de literacia financeira, também passarão a escrutinar melhor e com maior rigor os produtos publicitados pela banca. ■

DESTAQUE OPERAÇÃO FURACÃO

Operação Furacão fez novos arguidos nas duas últimas semanas

As novas buscas desencadeadas no início de Junho resultaram em novos arguidos. Ontem, as diligências estenderam-se ao Grupo Visabeira.

Susana Represas e Lígia Simões
susana.represas@economico.pt

Dezenas de empresas do grupo Visabeira foram, ontem, alvo de buscas no âmbito da Operação Furacão. Em causa estão alegados crimes fiscais, baseados num esquema de facturas falsas. A onda de buscas lideradas pelo Ministério Público estenderam-se ainda a outras empresas de todo o país. É o reacender da mega-investigação ao crime económico em Portugal, que parecia adormecida, mas que nas últimas duas semanas realizou várias diligências e constituiu novos arguidos, segundo apurou o Diário Económico.

Empresas de Lisboa e Viseu foram ontem visitadas por elementos da Direcção de Serviços de Investigação da Fraude e de Acções Especiais (DSIFAE). A Benetrónica foi uma das empresas do Grupo Visabeira envolvidas. "Os inspectores da DSIFAE bloquearam as transmissões com o exterior nas buscas à Visabeira e apreenderam diverso material informático", revelou ao Diário Económico fonte da DGCI.

O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) confirmou a realização ontem de buscas, relativas a um processo por eventuais crimes de fraude fiscal qualificada e outros ilícitos. Com os Procuradores do DCIAP colaborou ainda a Unidade de Acção Fiscal da GNR.

Advogados que acompanham

outros envolvidos na Operação Furacão, lançada em 2005, consideram que estas novas buscas indicam que a investigação está longe de chegar ao fim. Isto porque, diz um desses advogados, "quanto maior e mais arrastado é um processo, maior é a necessidade de novas diligências".

A Benetrónica juntou-se ontem à longa lista de entidades apanhadas neste processo. A empresa do Grupo Visabeira dedica-se ao fabrico e comercialização de componentes electrónicos. O vice-presidente da empresa, Paulo Varela, confirmou que as autoridades estão a analisar a actividade da Benetrónica entre 2000 e 2005.

Este responsável garantiu on-

Na mira dos investigadores estão alegados crimes fiscais, baseados num esquema de facturas falsas.

tem à Lusa que "as diligências da inspecção tributária realizadas [ao grupo] nada tiveram a ver com a Cerutil" - como chegou a ser ontem avançado ao início da tarde. Rejeitou, assim, qualquer ligação à aquisição das empresas Vista Alegre ou Bordalo Pinheiro. Foi com estas aquisições, em 2009, que o grupo Visabeira despertou maior atenção mediática. Isto porque, num ano de crise, salvou duas empresas históricas que se encontravam com graves problemas financeiros. Mais recentemente, a Visabeira decidiu integrar o consórcio da Qimonda Solar, participando em mais uma 'operação de salvação'.

Em 2008, a Visabeira - que nasceu em Viseu há quase 30 anos - facturou cerca de 480 milhões de receitas e empregava quase quatro mil pessoas. Meta-de das quais no distrito de Viseu. Telecomunicações, energia, tecnologias, turismo, cerâmica, imobiliário e construção são as principais áreas de negócio da Visabeira.

Assim fica demonstrado que o processo não está concluído, contrariando expectativas avançadas pelo Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, que sempre pediu uma resolução rápida desta investigação. E também da própria responsável do DCIAP, Cândida Almeida, que chegou mesmo a garantir, no final do ano passado, que não seriam constituídos novos arguidos neste caso. ■ Com H.R.

A OPERAÇÃO FURACÃO

● É a maior investigação de sempre à criminalidade económica em Portugal, começou em 2004 e tem mais de 200 arguidos divididos em 20 processos.

● Ao longo dos cinco anos de investigação, o processo é conduzido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal, sob a direcção de Cândida Almeida e do procurador Rosário Teixeira. A instrução do processo é do juiz Carlos Alexandre

● O Estado recuperou cerca de 70 milhões de euros de impostos que tinham ficado por pagar, mas a quantia que fica aquém dos 200 milhões de euros em que o Ministério Público estima que os cofres públicos tenham sido lesados.

ALGUMAS DAS EMPRESAS INVESTIGADAS POR CRIMINALIDADE ECONÓMICA

1

Banca nacional

Em Outubro de 2005, quatro instituições bancárias - BES, BCP, BPN e Finibanco - bem como a empresa de assessoria fiscal e escritórios de advogados, foram alvo de buscas, por suspeitas de estarem a promover esquemas de evasão e fraude fiscal. Era o início da maior investigação de sempre à criminalidade económica em Portugal, que quatro anos depois já envolveu 200 arguidos.

2

Mota-Engil

Em 2006 a construtora Mota-Engil viu-se envolvida. A empresa disse que foi alvo de uma acção presidida pelo Ministério Público e adiantou não ter conhecimento sobre os factos em investigação.



A empresa de construção civil Mota-Engil é presidida por António Mota.

3

Soares da Costa

Em 2006 a construtora Soares da Costa viu-se envolvida neste caso. A empresa de Pedro Soares da Costa é um dos maiores grupos do sector da construção e obras públicas em Portugal. A Soares da Costa e a Sociedade de Porcelana de Alcobaca foram as empresas que interpuuseram o recurso que levou a Relação de Lisboa a levantar o segredo de justiça neste caso.

4

Rui Costa e Sousa

A empresa Rui Costa Sousa & Irmão, que comercializa a marca Sr. Bacalhau, foi alvo de busca no âmbito da Operação Furacão. Os inspectores estiveram nas instalações da empresa, em Tondela.



Rui Costa e Sousa é proprietário da empresa que comercializa a conhecida marca Sr. Bacalhau.

5

Editores nacionais

A Porto Editora e Texto Editora foram envolvidas no processo por suspeitas de crimes como fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e burla, entre outros. No caso da Texto Editores, detida por Paes do Amaral, as buscas analisaram a actividade da empresa entre 2000 e 2005. A Porto Editora, presidida por Vasco Teixeira, também confirmou que foi alvo de buscas.

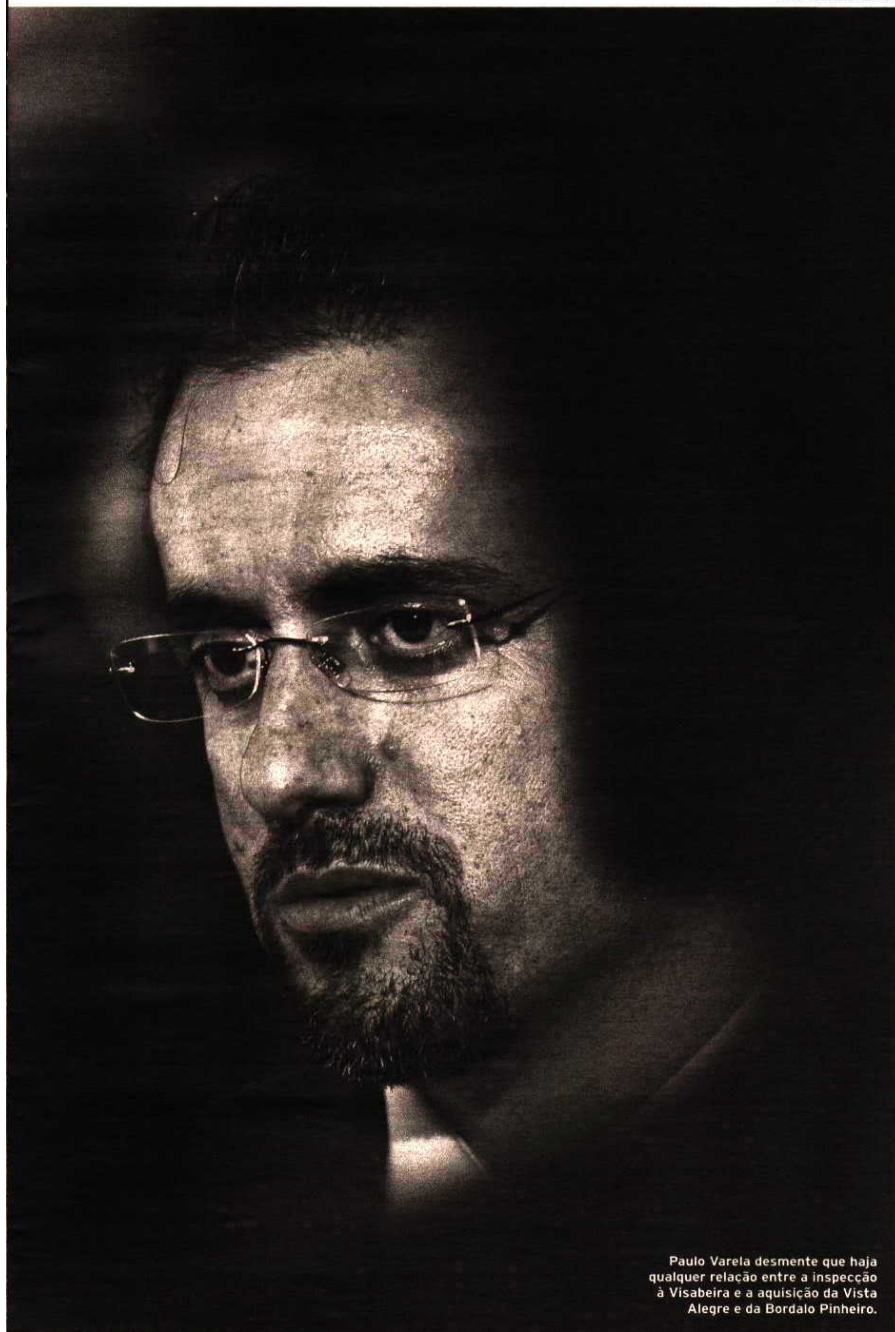
PONTOS-CHAVE

▶ O processo teve início com o alerta das autoridades inglesas para o envolvimento de empresas nacionais na prática de esquemas fraudulentos no envio de dinheiro para 'offshores'.

▶ A investigação ocupa 25 peritos, três magistrados, vários funcionários e um edifício do Ministério da Defesa, onde são guardados os milhares de documentos apreendidos.

▶ Em causa está a alegada prática de crimes de fraude fiscal, branqueamento de capitais, com recurso a 'offshores', abuso de confiança e falsificação de documentos.

Paulo Alexandre Coelho



Paulo Varela desmente que haja qualquer relação entre a inspeção à Visabeira e a aquisição da Vista Alegre e da Bordalo Pinheiro.

“O juiz criou um atraso no processo”

Cândida Almeida acusa e diz que diferendo face a acordos com arguidos poderá resultar em investigação mais complexa.

Lígia Simões
ligia.simoeseconomico.pt

Quem, durante vários anos, fugiu ao fisco mas acabou por pagar, deve ou não ser acusado pelo Ministério Público (MP) de fraude fiscal? A dúvida instalou-se no início do ano, quando o juiz de instrução do caso, Carlos Alexandre, veio defender que o MP devia acusar os arguidos. Uma posição que contrariou o procurador da Operação Furacão, Rosário Teixeira, que sustenta que o processo deve ser suspenso. Um entendimento que o Tribunal da Relação partilha, ao acabar dar razão, em Maio, ao Ministério Público.

A decisão do juiz provocou um impasse nos restantes 30 pedidos de suspensão do processo que o MP se preparava para fazer ao magistrado. Mais: criou um atraso no desenrolar da Operação que leva já quase cinco anos de investigação. Quem o afirma é Cândida Almeida, responsável do Departamento de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

“Esta situação que o juiz criou, atrasou bastante a investigação e não sei se nos prejudicaram”, afirmou, ao Diário Económico, Cândida Almeida. A responsável acrescenta que uma redução dos pedidos de suspensão se poderá traduzir em “menos impostos para os cofres do Estado e mais acusações, tornando o processo ainda mais complexo”.

Cândida Almeida recorda que “muitos arguidos ficaram de pé atrás com o despacho do juiz”, estando, agora, a ser efectuado

um novo levantamento de pedidos de suspensão de processos.

Em Janeiro deste ano, o juiz Carlos Alexandre decidiu não ratificar o pedido de suspensão provisória do processo de dois arguidos que repuseram a verdade fiscal, pagando 2,5 milhões de euros. O juiz lembrou que a Operação Furacão investiga a omissão de entrega aos cofres do Estado de centenas de milhões de euros e que a liquidação dos impostos em falta não será bastante para diluir na opinião pública a sensação de impunidade da criminalidade económica.

Os arguidos destes processos (pessoas individuais e colectivas) devolveram ao fisco os impostos em falta, que tinham sido iludidos pelo empolamento de custos, através da emissão de facturas por empresas localizadas em paraísos fiscais. ■



Cândida Almeida
Coordenadora do DCIAP

“Esta situação que o juiz criou atrasou bastante a investigação e não sei se nos prejudicaram”, defende Cândida Almeida a propósito da decisão de não ratificação de pedidos de suspensão de processos de arguidos que pagaram impostos.

6

Loja do Gato Preto

Devia mais de nove milhões de euros de impostos, mas os administradores repuseram 2,5 milhões de euros em falta. Os dois arguidos terão demonstrado arrependimento e denunciaram que foram abordados pela empresa fiduciária PIC International Consultants para aderir ao esquema fraudulento. A Relação travou a acusação contra esta empresa 'arrependida'.

7

Berardo e Roque

Os comendadores Horário Roque e Joe Berardo são proprietários da Empresa Madeirense de Tabacos, que em Maio de 2008 recebeu a visita das autoridades que conduzem o processo conhecido como Operação Furacão. Joe Berardo é accionista da empresa madeirense e confirmou que a empresa foi alvo de buscas. Em causa suspeitas de crimes de fraude fiscal.

8

Media Capital

A Media Capital, hoje detentora da TVI e que reúne uma várias rádios nacionais (Rádio Clube Português, Rádio Comercial, M80, Cidade FM), foi envolvida na Operação Furacão em Julho de 2008. Em comunicado à CMVM o grupo Media Capital informou que a sociedade e empresas do grupo estavam a ser alvo de buscas relativas a informação financeira de exercícios anteriores a 2005.

9

Grupo Amorim

O grupo liderado por Américo Amorim entrou para a lista de investigados na investigação à criminalidade económica no ano passado, e as buscas envolveram pelo menos três empresas do grupo. O empresário disse na altura que as autoridades estavam à procura de informação sobre uma empresa do BES, mas o Grupo Amorim acabou por ficar envolvido na investigação.

10

Estoril-Sol

O grupo Estoril-Sol foi envolvido em Julho de 2008, com buscas aos casinos do Estoril e da Póvoa do Varzim. Foram recolhidos elementos da contabilidade e dos circuitos financeiros.



A empresa liderada por Mário Assis Ferreira teve de disponibilizar vários documentos ao Ministério Público.



Operação Furacão faz novos arguidos após buscas em empresas

No dia em que se intensificaram as buscas, Cândida Almeida acusa juízes de atrasarem o processo. **→ P4**

Mudança de tribunal põe em causa segurança

Campus da Justiça. O Tribunal Central de Instrução Criminal, presidido pelo juiz Carlos Alexandre, já abandonou as caves da Boa-Hora. Todos os processos foram ontem transferidos para o Parque das Nações. Funcionários judiciais questionam segurança

■ LICÍNIO LIMA

Desde ontem que o Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), que julga a criminalidade transnacional mais complexa, está instalado no Parque das Nações, onde foi criado o campus da justiça de Lisboa a partir da adaptação de um bloco de escritórios, no *Office Park*, cuja renda, mensal, suportada pelo Ministério da Justiça (MJ), ascende a um milhão de euros.

Mas a opção de fechar o velho tribunal da Boa-Hora, onde funcionava o TCIC e de onde estão a sair também as varas criminais de Lisboa, está a ser criticada por vários sectores. É o caso do presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), Fernando Jorge, para quem as novas instalações vão ter muitos problemas de segurança visto o edifício não ter sido pensado, de raiz, para o acolhimento de tribunais. "Era preferível ter-se erigido um novo", defendeu, em declarações ao DN. "Quatro ou cinco anos de rendas bastariam para pagar a obra", adiantou.

Para o responsável do TCIC, Carlos Alexandre, neste momento tudo é melhor do que as caves do velho palácio da Baixa lisboeta. "Não tendo sido um edifício pensado de raiz para um tribunal, o

campus da justiça de Lisboa é uma solução que corresponde às necessidades", disse à agência lusa o juiz responsável pelos processos Freeport, Portucale, BPN, entre outros. O magistrado explicou ainda que a mudança do tribunal demorou "apenas um dia" e que já ontem foram marcadas diligências para o novo espaço. O transporte dos processos, computadores e restante material sigiloso ficou a cargo da PSP.

Fernando Jorge, no entanto, considera "injustificável" o abandono da Boa-Hora. Em seu entender, bastariam algumas obras para que o palácio ficasse com melhores condições, designadamente ao nível da climatização. Além de que, explicitou, já está preparado para receber reclusos que vão a julgamento, ao passo que, nas novas instalações, foi necessário construir celas no parque de estacionamento, onde toda a gente se cruza. "A segurança vai estar debilitada", assegurou.

Por outro lado, as salas de audiência são pequenas e, no caso do tribunal de Família e Menores, nem sequer há uma entrada destinada só para juízes. Os magistrados vão ter de se misturar com as pessoas antes de se dirigirem para os seus lugares.



Ministério preferiu arrendar edifício no Parque das Nações

Renda de um milhão por mês

Numa área de 36 200 metros, ficarão reunidos 21 tribunais e vários serviços do Ministério da justiça, como direcções-gerais e institutos públicos distribuídos por onze edifícios. Mais de **dois mil magistrados e funcionários judiciais** vão passar a trabalhar no aglomerado, propriedade da Norfin. O campus da justiça custa ao Estado uma renda mensal de um milhão de euros, estimando-se que o Estado receba 35 milhões pelos espaços que liberta - ou seja, o equivalente a apenas três anos de pagamento da nova renda.

Esta opção contrasta com o Estado Novo, altura e que, para se dignificar a justiça, construíam-se edifícios de raiz, monumentais, bem no centro das praças principais das sedes de concelho, lembrou o dirigente sindical.

Mas é para o Parque das Nações que a maioria dos tribunais está a confluír, com excepção dos tribunais do trabalho e dos tribunais cíveis do Palácio da Justiça.

Neste momento já lá se encontram os tribunais administrativo, o de comércio e o de Família e Menores, e também a secretaria de execução. Em fase de transferência está o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) e, até Setembro, todos os criminais deverão estar ali a funcionar. ■

O pulo do Gato

Fernando Sobral

As agulhas do BPN

O caso BPN tornou-se a versão portuguesa do Caça-Fantasma. Com menos humor, com inferior rigor no argumento e, sobretudo, com actores que não decoraram as frases que deveriam debitar. O lastimoso espectáculo que vimos na Comissão de Inquérito ao caso e que envolveu Vítor Constâncio e Nuno Melo mostrou como o caso se tornou um Monte dos Vendavais. O problema do BPN é que numa montanha de agulhas já não se consegue descobrir o palheiro. E todos se picam nelas. Até Nuno Melo que, até agora, tinha conduzido com inteligência o cerco à posição do governador do BdP. Da “ignorância” de uns, à “ingenuidade” de outros, percebeu-se que o que move grande parte dos intervenientes é apenas destapar a parte suja que lhes interessa, de tudo o que foi varrido para debaixo da cama dos contribuintes portugueses. O BPN tornou-se um jogo das escondidas, com uma única diferença: os intervenientes não são miúdos de calções. São figuras importantes da sociedade. O que sobra dos seus pequenos insultos mútuos é o pouco interesse que há em chamar à justiça uma série de personagens que cirandaram pelos corredores do BPN. Começa a ser evidente o que se vai passar com o caso: de ingenuidade em ingenuidade até ao arquivamento final. Os casos de polícia em Portugal acabam como uma comédia da “Balada de Hill Street”. Ou seja, os problemas acabam porque se retira a esquadra do local. Aqui, com uma pequena “nuance”: com mais ingenuidade, ou menos Souto Moura, a polícia encarregue do BPN nunca esteve no local.



Souto Moura desconhece tentativa de contacto de Vítor Constâncio

Polémica. Na comissão de inquérito ao BPN, o governador do Banco de Portugal afirmou que tentou contactar o ex-PGR sobre os bancos

José Souto Moura, ex-procurador-geral da República, não se recorda de qualquer tentativa de contacto feita por Vítor Constâncio na sequência de ofícios do Ministério Público (MP) a pedir informações sobre o Banco Insular de Cabo Verde. Anteontem, durante uma audição na comissão parlamentar de Inquérito ao BPN, Vítor Constâncio afirmou que o ex-PGR rejeitou qualquer contacto sobre a investigação conhecida como a "Operação Furacão".

As declarações do governador do Banco de Portugal (BdP) surgiram na sequência da exibição de ofícios enviados pelo MP ao banco central português nos quais eram solicitadas informações sobre se o Banco Insular (BI) tinha actividade em Portugal. Constâncio afirmou que os ofícios não referiam qualquer relação entre o BI e o BPN, uma ligação que acabou por estar na origem da investigação ao banco fundado por Oliveira Costa. "Teria sido diferente [se a



Souto Moura recusou comentar críticas de Constâncio

procuradoria-geral da República] nos tivesse informado mais sobre o que aparentemente sabiam", disse Constâncio aos deputados, queixando-se do facto de as cartas recebidas da PGR não terem sido suficientemente explícitas. Dito de outra forma: o BdP teria começado a investigar mais cedo a relação entre o BPN e o Banco Insular.

Ao DN, um antigo colaborador de Souto Moura garantiu que o ex-procurador-geral da República não se recorda de qualquer tentativa de contacto feita por Vítor

Constâncio que estivesse relacionada com a investigação aos bancos. Durante o dia de ontem, o antigo chefe do Ministério Público foi contactado por vários órgãos de comunicação social, mas recusou-se a falar sobre o assunto.

Da última audição do governador do Banco de Portugal, que decorreu no Parlamento durante oito horas, ficou claro que o MP e o organismo de supervisão bancária não têm mecanismos de troca de informações informal. Tudo é feito através de ofícios. ■ C.R.L.



ID: 25556650

17-06-2009

INSPECÇÃO

Grupo Visabeira alvo de buscas por parte do Fisco

O grupo de Viseu confirmou que foi alvo de uma investigação do Fisco. PGR não esclareceu se buscas se relacionam com “Operação Furacão”

A Visabeira foi ontem alvo de buscas, que a empresa de Viseu atribuiu a questões fiscais relacionadas com uma participada. No entanto, foram realizadas várias diligências onde esteve envolvido o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) da Procuradoria Geral da República, que tiveram a colaboração da Unidade de Acção Fiscal da GNR e da Inspeção Tributária, no âmbito de uma investigação relacionada com fraude fiscal e outros crimes, noticiou a Lusa, citando fonte judicial.

A Visabeira, que foi a única empresa que se conhece ter sido ontem alvo de buscas, garantiu, em comunicado, que as diligências inspetivas foram feitas pela inspeção tributária acompanhada pela Unidade Fiscal da GNR, esclarecendo tratar-se de “uma actividade investigatória que está a levar a efeito, relacionada com os exercícios de 2000 a 2005 à Benetrónica, SA (empresa de “trading”)”. A Benetrónica, empresa de indústria e comércio de componentes electrónicos, é detida pela Visabeira e gera um volume de negócios superior a 22 milhões de euros.

A Visabeira negou o envolvimento nesta acção inspetiva de “qualquer agente da Polícia Judiciária”, dizendo-se colaboradora com os inspectores fiscais e GNR, a quem prestou todas as informações pedidas e deu os documentos solicitados.

A notícia de que a Visabeira estava a ser alvo de buscas foi avançada pela SIC, ao início da tarde, que falava de uma associação entre esta acção e os negócios de compra da Bordalo Pinheiro e da Vista Alegre. Neste ponto, em concreto, a notícia foi desmentida pela Visabeira. O grupo de Viseu esclareceu, mesmo, que a inspeção se reporta a exercícios entre 2000 e 2005 e a compra das duas cerâmicas foi concluída este ano.

Paulo Varela, presidente da Benetrónica e presidente da sub-holding Visabeira Global, não esteve disponível para prestar mais esclarecimentos sobre as acções. Paulo Varela é o “homem” visível da Visabeira. O presidente do grupo e fundador, Fernando Nunes, raramente aparece nos meios de comunicação social.

Também não foi possível con-

€479 M

O grupo Visabeira teve um volume de negócios agregado, em 2008, de um total de 479 milhões de euros.

A Inspeção Tributária, com a Unidade Fiscal da GNR, realizou buscas relacionadas com os exercícios de 2000 a 2005 à Benetrónica.

firmar a informação de que a Polícia Judiciária não esteve na Visabeira, no âmbito das acções ontem desencadeadas. Numa nota à comunicação social, citada pela Lusa, o DCIAP confirmou terem sido realizadas “buscas, ao nível de todo o País, relativamente a um processo por eventuais crimes de fraude fiscal qualificada e outros eventuais ilícitos”. Mais não disse, escudando-se no segredo de Justiça.

A Procuradoria-Geral da República não precisou se estas buscas de ontem estão integradas na investigação “Operação Furacão”, que já levou a buscas a várias empresas grandes do País. Esta mega-investigação foi lançada pelo DCIAP em 2005 e no ano passado já tinha mais de 250 arguidos constituídos.

Ao longo destes anos, a “Operação Furacão” já “visitou” vários bancos, entre os quais o BES, o BCP, BPN e o Finbanco, e umas quantas empresas, como a Mota-Engil, Soares da Costa, Porto Editora, Texto Editora, Rentipar, de Horácio Roque, Fundação Berardo, Metalgest. Até a Amorim Investimentos e Participações, de Américo Amorim, já foi alvo de buscas. Várias notícias que foram sendo divulgadas ontem associavam a Visabeira à “Operação Furacão”, mas oficialmente ninguém confirma esta ligação. **AM**



Miguel Baltazar

30 anos a crescer

A Visabeira nasceu nos anos 80 em Viseu, pela mão de Fernando Nunes. Bastaram quase 30 anos para se tornar um dos maiores grupos portugueses, com actividade em Moçambique, Angola, Espanha, França, Marrocos, Argélia, Roménia, Bélgica, África do Sul e Caraíbas. Nasceu nas telecomunicações, mas expandiu-se a outras áreas, de tal forma que este ano foi o protagonista de duas salvções. A da Vista Alegre e a da Bordalo Pinheiro, duas empresas de cerâmicas e fianças, que ao serem salvas pouparam algumas dores de cabeça ao Governo. A Visabeira esteve também na solução da Qimonda Solar, adquirida por um consórcio que a empresa de Viseu integra, composto ainda pela EDP, pelo banco angolano BPA, pela DST, pela Inovcapital e pelos bancos BES e BCP. A energia é uma das áreas de actuação da empresa que já teve como consultor, segundo já se noticiou, Jorge Coelho, antigo dirigente do PS e que agora preside à Mota-Engil. As telecomunicações continuam a ser um sector de eleição. Na Portugal Telecom, os 2,01% que a Visabeira tem permitiram a Paulo Varela, presidente executivo da sub-holding Visabeira Global, ser nomeado administrador não executivo. Além desta posição, a Visabeira detém 2,15% na Zon. A sua ligação às telecomunicações permitiram à Visabeira integrar o roteiro das redes de nova geração que José Sócrates realizou em Maio. O primeiro-ministro foi visitar uma instalação de fibra óptica feita pela Visabeira em Coimbra, ocasião em que a empresa prometeu a criação de mil postos de trabalho, a acrescentar aos 500 que já tem actualmente nesta área. O grupo de Viseu facturou 479 milhões de euros em 2008 e lucrou 15 milhões.

Paulo Varela | O gestor da Visabeira garante que a inspeção foi fiscal.



Visabeira alvo de
buscas pela inspecção
tributária e unidade
fiscal da GNR **Empresas 10**



| Opinião |

A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Constâncio, o PGR, as “quintas” e os ladrões

O “face off” entre Vítor Constâncio e Nuno Melo no Parlamento a propósito do BPN deixou a desejar. Desde logo porque o governador não se devia ter exaltado. É provável que lhe tenha “saltado a tampa” com a politização do caso BPN, mas a verdade é que Melo é um político: pode exagerar na linguagem. Já Constâncio não tem vantagem em deixar-se arrastar para a arena política. Perde autoridade!

Mas pormenores à parte, o debate suscitou algumas reflexões. A primeira é que Constâncio falhou na abordagem ao caso BPN: o governador teria ganho muito mais se reconhecesse que o Banco de Portugal falhou (como outras entidades de supervisão pelo mundo fora), explicando contudo o que vai fazer para que situações destas não se repitam. A segunda é que os políticos precisam de se preparar para estes debates: confundir liquidez com situação líquida de uma empresa, como sucedeu com Nuno Melo, é uma “boutade”. A terceira é que Constâncio não pode ficar satisfeito porque o BPN vai custar ao país não 2,5 mil milhões mas menos de mil milhões. É um insulto aos contribuintes.

A quarta reflexão é preocupante: às tantas Constâncio disse que se o PGR (na altura Souto Moura) tivesse partilhado informação com o Banco de Portugal, as fraudes do Banco Insular não teriam chegado tão longe. Vale a pena meditar nisto. Porque, quando as entidades de supervisão/investigação levam longe demais o conceito de “quintas”, quem se fica a rir são os ladrões.


Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



Segredos bancários

 Hoje é um dia decisivo para a banca: sai o Livro Branco americano que a quer mudar. Bem podia trazer um pequeno livro negro para Portugal: como é possível dizer que o BPN "só" nos custará mil milhões? E como podem as contas de Cavaco Silva andar a circular?

Comecemos pelo buraco do BPN: sim, é ignorância ou desonestidade dizer que são 2,55 mil milhões de euros. Não serão nem nunca foram, esse é apenas o astronómico valor emprestado pela Caixa, que (não se ria) espera reavê-lo. Sim: não se ria. Porque mesmo com um buraco inferior a mil milhões, como garantiu Constâncio, ou é malparado para a Caixa (logo, prejuízo, logo, mais necessidade de capital), ou o Estado injecta directamente no BPN para pagar à Caixa. Em todo o caso, não se ria: o dinheiro é seu.

É a magia da gestão de expectativas: primeiro evoca-se o péssimo, depois diz-se que será apenas o mau e isso passa a ser bom. Mil é menor que 2,55 mil mas é bem a dimensão de um escândalo. É uma exorbitância de dinheiro, e nem é preciso contar Ronaldos: se pudesse abdicar num ano desse valor, o Estado podia descer o IVA de 20% para 18%.

O BPN já tem pois lugar garantido nos livros de história pelas piores razões. Mas é espantoso como nos continua a surpreender.

O negócio de Cavaco Silva com acções do BPN, relatado com rigor e documentação pelo "Expresso", levantou todas as polémicas menos uma: o facto de as contas daquele cliente andarem na rua.

É um facto sem precedentes nem paralelo nas fugas ao segredo de justiça. Aqui trata-se de sigilo bancário, da vida privada dos clientes, do coração do negócio bancário. As cartas publicadas no "Expresso" só podem ter saído ou dos arquivos de Cavaco ou dos do banco. É assustador pensar que saíram do banco, ainda por cima um banco que agora é do Estado; e é arrepiante especular com que intenções o foi.

Nem no Verão Quente de 1975 se transgrediu a regra: as contas dos Champalimaud, dos Mello, dos Espírito Santo foram congeladas mas nunca houve papéis na rua. O investimento de Cavaco no BPN tem o que se lhe diga (e aqui já se disse) mas tal não pode fazer esquecer que aconteceu esta espécie de "Envelope 9" desta Presidência.

Os banqueiros deixaram de confiar uns nos outros. O sistema financeiro já perdeu credibilidade na gestão do dinheiro dos seus clientes. Mas a devassa da confiança na informação dos seus clientes é o seu último reduto. Sem segredo bancário há degredo bancário.

Todos os Livros Brancos do mundo são inúteis se a banca não se respeitar a si mesma: assim ninguém a respeitará. O tão esperado Livro Branco da Administração Obama para a regulação do sistema financeiro devia deixar isso claro, seguindo, aliás, a utopia que o Grupo dos 8 deixou no domingo em Lecce: o compromisso com os padrões de "propriedade, integridade e transparência".

A regulação vai aumentar e vai mudar. O seu carácter pró-cíclico foi um erro: as regras de Basileia II, que exigem capital precisamente quando os problemas surgem, nisso agravando-os, serão enterradas; o estatuto "oficial" das agências de "rating", cuja metodologia não antecipa dificuldades mas aprofunda-as, deverá ser diluído; as regras de contabilização das acções ao preço de mercado ("mark to market") sobreavaliaram os efeitos das subidas e descidas bolsistas. Falta ainda muito (definir rácios e capital, omissões e duplicações regulatórias, produtos estruturados, etc.) mas é já certo que os bancos precisarão de mais capital próprio e menos capital alheio para viver. E que, por isso mesmo, serão menos rentáveis que no passado. Que percam lucros é até bom. Mas não podem perder a noção do que é o seu negócio. Não é por eles, é por nós.



actual 2

Investigação. Processo que levou a buscas na Visabeira resulta da "Operação Furação". Em causa estão suspeitas de fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, num esquema que envolve a simulação de transacções comerciais de forma a iludir a Administração Fiscal



VISABEIRA TEM CAPITAL DO ESTADO E É SUSPEITA DE FRAUDE

■ AMADEU ARAÚJO e CARLOS RODRIGUES LIMA

Empresas do grupo Visabeira, que tem o Estado como segundo maior accionista, são suspeitas de fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais. Ontem, uma equipa de procuradores do Ministério Público, elementos da Inspeção Tributária e militares da Brigada Fiscal fizeram buscas à sede da empresa, em Viseu, e terão também recolhido elementos na casa de um dos administradores. Em causa, segundo apurou o DN junto de fonte ligada à investigação, está o mesmo esquema de fraude detectado na "Operação Furação", o qual passa pela simulação de trocas comerciais para posterior abate em sede de IVA e de IRC.

No centro da investigação deste processo - "um filho da Operação Furação", como descreveu ao DN um investigador - está a Benetrónica, uma participada que actua no comércio internacional. O porta-voz do grupo confirmou que o alvo da inspeção é esta empresa "e os exercícios fiscais de 2000 a 2005".

A Benetrónica é uma empresa ligada a uma sub-holding, a Visabeira Investimentos, que concentra os investimentos financeiros e que, segundo dados dos operadores finan-

ceiros, registou, em 2007, três milhões de euros de exportações, sobretudo cerâmicas, materiais de construção, vinhos e frutas vendidos para todo o mundo.

Pela primeira vez em processos relacionados com a Operação Furação, os investigadores entraram numa empresa em que o Estado é um dos principais accionistas, através da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e de uma sociedade de capital de risco controlada pela Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal (ver quadro nesta página). Ambos têm administradores delegados no grupo. Pela CGD está Francisco Bandeira, actual presidente do BPN. António Xavier da Costa é o administrador nomeado pela AICEP Capital Global.

A CGD é, segundo fontes contactadas pelo DN, um dos principais financiadores do grupo. E, como banco, tem até produtos directamente ligados à empresa de Viseu, como o cartão de crédito Visabeira, que dá descontos em alguns produtos do grupo liderado por Fernando Campos Nunes.

Durante a tarde de ontem, chegaram a circular informações de que existiriam outros dois alvos das buscas: a compra da Vista Alegre e da empresa Bordalo Pinheiro pelo Grupo Visabeira. Ambos os negócios foram concretizados este ano, sendo que no caso da Bordalo Pinheiro chegou a especular-se sobre um eventual "empurrão" do Governo, que poderia estar a braços com mais um problema de desemprego.

O Grupo Visabeira tem interesses diversificados, que vão da indústria ao turismo ou ao imobiliário. Recentemente, inaugurou um resort de luxo em Moçambique, uma cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Cavaco Silva. O presidente do grupo com sede em Viseu também viajou, há poucas semanas, com o ministro da Economia, Manuel Pinho, num périplo por Abu Dhabi e no Dubai. Tal como o DN online adiantou a meio da manhã de ontem, a Polícia Judiciária não participou nas acções de busca que decorreram por todo o País. ■



A sede da empresa, em Viseu, foi ontem objecto de buscas

O procurador do "bruxedo"

"Tudo quanto é bruxedo está nas mãos do Rosário". Na gíria policial, "bruxedo" são os casos mais complicados. É a descrição feita ao DN por um inspector da Polícia Judiciária assenta como uma luva no procurador Rosário Teixeira. O seu primeiro "bruxedo" mediático foi o processo da Universidade Moderna. Depois deste, passou pela prateleira do Ministério Público na comarca de Santiago do Cacém. Regressado a Lisboa, investigou o caso dos sobreiros, conhecido como Portucale, depois passou para a Operação Furação, ficando ao mesmo tempo com o BPN, defendendo a prisão preventiva de Oliveira e Costa. A Visabeira é a sua nova "empreadada".

Negócios 'tocam' as áreas mais diversas

As mais de 80 empresas do grupo facturaram 461 milhões de euros em 2008 e mantêm interesses em gigantes nacionais como o BCP e a PT

■ RUDOLFO REBÊLO

O "bilhete de identidade" do Grupo Visabeira é de leitura rápida: vendas de 461 milhões de euros em 2009, cerca de 4200 trabalhadores e 83 subsidiárias e participadas, filiadas em cinco sub-holdings. Capital de influência em negócios como no BCP, PT, Zon Multimédia ou EDP. Está presente em África, Ásia e Europa, com destaque para a França e Américas. Grupo Caixa, AICEP e Fernando Campos Nunes, listado entre os mais ricos de Portugal, com uma fortuna avaliada em 200 milhões de euros, "puxam os cordelinhos".

Participações

É aqui que o grupo Visabeira "arruma" a Benetrónica, a empresa de componentes electrónicos alvo da investigação do DCIAP (ver texto principal). Debaixo do chapéu das participadas - que consolidam contas com o grupo - estão 18 empresas, algumas delas sedeadas em Moçambique, Angola, Espanha e França.

Indústria

Rochas, mármore e agro-indústria em Angola e Moçambique são as actividades de dez subsidiárias controladas pela Visabeira.

Turismo

Interesses em hotéis, golfe, centros hípicas estão titulados em 25 empresas, incluindo marcas e restaurantes famosos como "Sem Amarras" ou o "Pedro dos Leitões", na zona da Mealhada.

Imobiliário

Para além da Visabeira imobiliária, o grupo tutela o negócio Cascais-Center e consolida interesses imobiliários em Moçambique.

Global

Debaixo desta sub-holding estão agregadas 21 empresas de sectores tão diversificados como telecomunicações, combustíveis, ambiente ou construção. ■



Accionistas da Visabeira

74%

Pertencem a Fernando Campos Nunes, fundador e presidente do grupo

19,5%

É a participação do Grupo Caixa Geral de Depósitos, através da Caixa Capital S.A.

5,9%

É quanto detém a AICEP Capital Global, sociedade de capital de risco



Visabeira. Empresa suspeita de fraude tem capital do Estado. **ACTUAL, pág. 4**

A ignomínia

Depois da catadupa de partes gagas tão patéticas quanto ridículas que o Partido Socialista, o seu híbrido de secretário-geral e primeiro-ministro José Sócrates, o seu fiel seguidor Vital Moreira e, last but not least, as empresas de sondagens e até a comunicação social, com relevo para a obscenidade política de alguns telejornais televisivos, andaram por aí a fazer durante algumas semanas, espantaria que a penalização do PS, agora reduzido a segunda força política nacional, não continuasse a verificar-se nas legislativas.

Ficou demonstrado à saciedade que Sócrates é um exímio praticante daquilo a que, nesta mesma coluna, eu chamei em Janeiro de "política trapalhona"; que de nada lhe valeu andar com Zapatero voando de Falcon sobre os ninho dos cucos, nem a Vital Moreira o sucessivo emendar da mão e o assumir-se afinal como ventríloquo do Primeiro-Ministro e do seu desastrosado Governo; que as empresas de sondagens são poderosos meios de intoxicação e mistificação da opinião pública e agora perderam essa partida; e que muita comunicação social falhou rotundamente nas suas acções e atitudes, mais ou menos encapotadas e servis, de apoio indecoroso ao Partido Socialista.

Essa demonstração, que os factos confirmam plenamente, continua a ter pontos de apoio absolutamente inegáveis. Veja-se o caso do BPPO Governo e o seu ministro das Finanças prestaram-se deliberadamente e de má fé à vergonha de uma criação de ilusões indecente e terceiro-mundista, lançando cortinas de fumo e poeira nos olhos dos interessados e dos cidadãos

em geral, e fazendo acalantar a doce expectativa de que o problema dos depósitos de retorno absoluto garantido ia ser resolvido satisfatoriamente, para acalmar as tropas só enquanto tudo se disputava a votos. Não tinham passado 24 horas sobre a divulgação dos resultados eleitorais, e verificava-se que as coisas afinal eram muito diferentes e que

só havia desculpas trôpegas e miseráveis para não dar a esses clientes do BPP o mesmo tratamento que tinha sido dado ao BPN.

A pantomina só pode significar que o Governo passou a fazer outra vez os seus tagatés cobardes e oportunistas à extrema-esquerda para ver se a desvia, em proveito próprio, de ser arrebanhada pelo respectivo bloco. Isto é, o Governo escamoteia as suas responsabilidades pelos falhanços do Estado e continua a tratar os portugueses como se fossem uma massa indiferenciada de atrasados mentais sem remédio. E não desiste de apresentar a patológica obstinação de José Sócrates e do seu ministro Mário Lino quanto aos grandes projectos de obras públicas como excelsa manifestação de coerência política e programática.

Ainda não perceberam que esses dislates imprudentes se notam ainda mais nos tempos que correm, que a manipulação descarada da realidade agora só leva a um encolher de ombros de desprezo, que não prestam rigorosamente para nada,



Vasco Graça Moura

Governo e PS não navegam à direita nem à esquerda: navegam (...) ao sabor dos ventos que vão soprando

que o eleitorado lhes liga cada vez menos importância e que toda a gente tem plena consciência disso mesmo. O político mais parvo (na acepção de menor, do latim parvus, pequeno) é o que perdeu de todo o sentido da realidade.

Ninguém pode ter dúvidas de que, se o calendário constitucional o permitisse, o Presidente da República já

teria posto esta gente a andar, não só por tal decisão ficar inegavelmente confortada no terreno dos princípios por ele enunciados e no de uma prática política saudável, mas também com o precedente (aliás, em minha opinião, abusivo, como na altura escrevi) criado em finais de 2004 por Jorge Sampaio versus Santana Lopes.

É aqui que entra a próxima vencedora das legislativas, Manuela Ferreira Leite à frente do PSD. Já se viu como os seus adversários internos passaram a meter o cauteloso rabinho entre as pernas. Vai-se ver como a dinâmica afirmada a 7 de Junho trará consigo os frutos de uma coerência baseada no rigor, na credibilidade e na experiência governativa, na seriedade programática e na recusa do espectáculo e da fraude.

É fatal como o destino e a razão está à vista: este Governo e o Partido Socialista não têm essas qualidades. Não navegam à direita nem à esquerda: navegam ignominiosamente à vela e ao sabor dos ventos que vão soprando. ■

Escritor



«A boa educação é esconder o bem que pensamos de nós próprios e o pouco bem que pensamos dos outros» Mark Twain (1835-1910)

Diário de Notícias

www.dn.pt

QUARTA-FEIRA | 17 DE JUNHO DE 2009 | ANO 145.º | N.º 51 207 | 1.00€
 director João Marcelino | directores adjuntos Filomena Martins e Rui Hortelão | subdirectora Catarina Carvalho

DESPORTO, pág. 37

Marca Ronaldo vale menos um milhão
 Imagem pouco prejudicada por falta de títulos

ACTUAL, págs. 2, 3 e 18

Professores queixam-se que exames foram muito fáceis
 Conheça critérios oficiais da avaliação e verifique correções oficiais das perguntas



DESPORTO, pág. 35

Jesus confirmado no Benfica
 Treinador desvinculou-se do Sp. Braga. Hoje é apresentado

BES e BCP fiscalizados pelo Banco de Portugal

Supervisão. Reforço da acção do banco central envolve equipas que vão desenvolver a sua actividade em dez instituições ao longo deste ano

As equipas de supervisão do Banco de Portugal, no âmbito do reforço e melhoria desta competência, estão já a trabalhar no

Banco Comercial Português (BCP) e no Banco Espírito Santo (BES). O plano de actuação da autoridade de supervisão para este

ano contempla a colocação de equipas de análise em dez bancos, envolvendo os principais. Estas inspeções foram reforçadas

face às irregularidades detectadas no Banco Português de Negócios (BPN) e no Banco Privado Português (BPP). **BOLSA, pág. 31**

Jackpot

€ 500.000 no Totoloto*
 € 390.000 no Joker*
 € 400.000 no Loto 2*

totaloto
 É fácil. É barato. Dá milhões.

UE diz que fundos para o TGV têm de ser devolvidos

Em resposta ao DN, o gabinete do comissário europeu dos Transportes afirmou que "se Portugal desistir destes projectos ou os adiar, perderá perder fundos". **POLÍTICA, pág. 8**

outras notícias

Terreiro do Paço. Câmara e ACP divergem sobre paragem de obras. **PAÍS, pág. 23**

México. 600 portugueses por semana vão fazer férias no país. **PAÍS, pág. 13**

Irão. Notícias já só chegam pela Internet e telefone. **ESPECIAL, págs. 28 e 29**

Visabeira. Empresa suspeita de fraude tem capital do Estado. **ACTUAL, pág. 4**

O novo Sócrates

Suave, humilde e modesto

Segunda-feira à noite, na reunião da Comissão Política do PS, José Sócrates falou de "humildade", admitiu o "desgaste" da governação, escutou as críticas dos camaradas sem se irritar, e sugeriu que a maioria do PS tem de falar de forma a "chegar mais perto" dos cidadãos. A derrota - assumida - nas eleições europeias parece ter tido, assim, um efeito 'amaciador' no secretário-geral do Partido Socialista. **ACTUAL, pág. 5**

Mesmo desempregados, imigrantes continuam com visto de residência

PAÍS, pág. 12

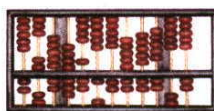
ABASTECA-SE DE DESCONTOS.

DESCONTOS até **5cênt** por litro

Veja como no interior deste Jornal.

CONTA GESTÃO TESOURARIA

ACREDITO NUMA SOLUÇÃO DE GESTÃO INTELIGENTE



O Banif sabe que tempo é dinheiro, por isso, disponibiliza-lhe a Conta Cestão Tesouraria para que fique com mais tempo para se dedicar ao que realmente interessa: o seu negócio.

BANIF
 A força de acreditar